

COP30 ([HTTPS://WWW1.FOLHA.UOL.COM.BR/FOLHA-TOPICOS/COP30/](https://www1.folha.uol.com.br/folha-topicos/cop30/))

MERCADO DE CARBONO ([HTTPS://WWW1.FOLHA.UOL.COM.BR/FOLHA-TOPICOS/MERCADO-DE-CARBONO/](https://www1.folha.uol.com.br/folha-topicos/mercado-de-carbono/))

Governo do Amazonas assina contrato de crédito de carbono na COP30 apesar contestação do MPF

Projeto vai ser tocado por empresa da qual Luciano Huck é sócio minoritário; companhia diz não ver insegurança jurídica em contrato

Ministério Público Federal acusa gestão Wilson Lima (União) de não ouvir comunidades

10.nov.2025 às 22h13

Pedro Lovisi (<https://www1.folha.uol.com.br/autores/pedro-lovisi.shtml>)

BELÉM O governo do Amazonas aproveitou o primeiro dia da COP30 (<https://www1.folha.uol.com.br/folha-topicos/cop30/>), a conferência da ONU (<https://www1.folha.uol.com.br/folha-topicos/onu/>) sobre mudanças climáticas, em Belém (<https://www1.folha.uol.com.br/folha-topicos/belem/>), para assinar um contrato com uma empresa de créditos de carbono (<https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2024/09/entenda-o-que-sao-e-como-funcionam-os-creditos-de-carbono.shtml>) para permitir que a companhia opere em uma unidade de conservação.

O modelo, visto como estratégico pela administração do estado, é contestado pelo Ministério Público Federal (<https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2025/10/procuradoria-pede-suspensao-de-projeto-de-credito-de-carbono-do-amazonas.shtml>), que alega falta de comunicação com povos que vivem ao redor da área.

O modelo criado pelo governo amazonense prevê que empresas privadas desenvolvam projetos de conservação em áreas estaduais e, com isso, vendam créditos de carbono. Esses créditos equivalem a uma tonelada de carbono que foi absorvida ou deixada de ser emitida e são, geralmente, comercializados com grandes empresas poluidoras que querem compensar suas emissões de gases de efeito estufa.



Incêndio atinge a floresta amazônica na cidade de Apuí, no Amazonas - Adriano Machado - 9.ago.24/Reuters

Ao todo, serão 21 unidades de conservação entregues a cinco empresas, que terão 30 anos para gerar créditos de carbono por meio delas. O governo de Wilson Lima (União) diz que o apoio da iniciativa privada é fundamental para conter o desmatamento no estado.

O contrato firmado nesta segunda-feira (10) é com a Future Climate, que tem o apresentador Luciano Huck como sócio minoritário. A empresa ficará responsável por conservar uma área de 808 mil hectares, mais de cinco vezes o tamanho da cidade de São Paulo, no município de Apuí —mais precisamente, no Parque Estadual do Sucunduri.

Apesar da contestação judicial, Fábio Galindo, CEO da Future Climate, diz não ver insegurança jurídica no contrato firmado.

A região em questão, apesar de ser protegida por lei, faz parte do arco de desmatamento, como é chamada a área amazônica que mais sofre pressão de devastação vinda de madeireiros, grileiros e pecuaristas

(<https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2025/08/brasil-perdeu-equivalente-ao-territorio-da-bolivia-em-areas-naturais-desde-1985-diz-mapbiomas.shtml>).

Por isso, segundo o governo, haverá a possibilidade de gerar créditos de carbono no formato Redd+, quando os créditos são gerados a partir de emissões evitadas.

Devido a escândalos envolvendo grandes empresas do setor nos últimos anos, esse é hoje um dos tipos de créditos mais contestados no mercado voluntário de carbono

(<https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2025/10/desconfianca-com-creditos-de-carbono-faz-mercado-preferir-projetos-de-restauracao-florestal.shtml>).

A expectativa da Future Climate é vender 500 mil créditos de carbono por ano, que poderiam gerar uma receita de R\$ 390 milhões durante os 30 anos em que a empresa atuará na região –o valor pode variar, conforme a volatilidade do preço do crédito de carbono no mercado voluntário.

Segundo a empresa, a primeira venda deve acontecer só a partir do terceiro ano de projeto, depois que comunidades locais forem ouvidas e que o projeto passar por avaliação de uma certificadora. No mercado voluntário, as certificadoras são privadas sem qualquer conexão estatal –a maior é a Verra, com sede nos Estados Unidos.

Do total arrecadado, 15% ficará com a empresa e o restante será dividido igualmente entre políticas do estado de enfrentamento às mudanças climáticas e demandas das comunidades que vivem ao redor da área a ser conservada.

"[Essa segunda metade] pode ir para a implantação de microssistemas de abastecimento de água, de energia elétrica, de internet ou para o fortalecimento de cadeias produtivas", afirma o governador do Amazonas, que participou da assinatura do contrato na COP30.

Segundo o governo, não há comunidades dentro da unidade de conservação, apenas ao redor.

cop30

Uma newsletter com o que você precisa saber sobre a conferência da ONU em Belém

Esse é o principal ponto de tensão do modelo criado pelo governo amazonense. Em outubro, o MPF pediu a suspensão do projeto em unidades de conservação. O órgão argumenta que comunidades tradicionais e povos indígenas que habitam algumas das 21 unidades entregues à iniciativa privada não foram ouvidos

(<https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2025/10/procuradoria-pede-suspensao-de-projeto-de-credito-de-carbono-do-amazonas.shtml>), o que iria contra a convenção 169 da OIT (Organização Internacional do Trabalho).

O MPF afirma que lideranças das unidades relataram que além de não ter ocorrido consulta, as populações não receberam informações sobre o projeto.

"A existência do projeto viola os direitos de consulta de povos indígenas e comunidades tradicionais ao não expor as informações com transparência e clareza. O esclarecimento devido também é um direito dos povos indígenas e tradicionais para a efetiva realização dos procedimentos de consulta", diz nota do órgão em reportagem publicada pela **Folha** em outubro.

A **Folha** apurou que dentro do governo do Amazonas há incertezas sobre como apresentar os detalhes do projeto para as comunidades, uma vez que alguns pontos, como a receita exata do modelo, ainda é incerta, visto à volatilidade desse mercado.

Para Fábio Galindo, CEO da Future Climate, o projeto preserva a floresta e respeita as comunidades.

"Na minha compreensão, o que o Ministério Público Federal quer é a conservação da floresta, a preservação dos direitos das comunidades e o desenvolvimento econômico e social. E eu acredito que esse projeto atende a esse interesse", afirma.

"Só há três fontes de capital para usar no combate ao desmatamento e no desenvolvimento econômico e social. O primeiro deles é o orçamento público, que a

gente sabe que é escasso e ninguém quer aumentar atributos para financiar o combate ao desmatamento", avalia.

"O segundo é o capital filantrópico, que são de países que fazem doações ou capital das entidades do terceiro setor, mas ele não consegue sustentar a política pública de longo prazo. A terceira fonte é o capital privado, onde é necessário tornar esse processo de conservação florestal ou de restauração florestal um negócio", acrescenta.

sua assinatura pode valer ainda mais

Você já conhece as vantagens de ser assinante da Folha? Além de ter acesso a reportagens e colunas, você conta com newsletters exclusivas (conheça aqui <https://login.folha.com.br/newsletter>). Também pode baixar nosso aplicativo gratuito na Apple Store ([https://apps.apple.com/br/app/folha-de-s-paulo/id943058711?](https://apps.apple.com/br/app/folha-de-s-paulo/id943058711?utm_source=materia&utm_medium=textofinal&utm_campaign=appletextocurto)

[utm_source=materia&utm_medium=textofinal&utm_campaign=appletextocurto](https://apps.apple.com/br/app/folha-de-s-paulo/id943058711?utm_source=materia&utm_medium=textofinal&utm_campaign=appletextocurto)) ou na Google Play ([https://play.google.com/store/apps/details?](https://play.google.com/store/apps/details?id=br.com.folha.app&hl=pt_BR&utm_source=materia&utm_medium=textofinal&utm_campaign=androidtextocurto)

[id=br.com.folha.app&hl=pt_BR&utm_source=materia&utm_medium=textofinal&utm_campaign=androidtextocurto](https://play.google.com/store/apps/details?id=br.com.folha.app&hl=pt_BR&utm_source=materia&utm_medium=textofinal&utm_campaign=androidtextocurto)) para receber alertas das principais notícias do dia. A sua assinatura nos ajuda a fazer um jornalismo independente e de qualidade. Obrigado!

ENDEREÇO DA PÁGINA

<https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2025/11/governo-do-amazonas-assina-contrato-de-credito-de-carbono-na-cop30-apesar-contestacao-do-mpf.shtml>

notícias da folha no seu email

PATROCÍNIO:

(<https://www.instagram.com/ambipar.group/>)

(<https://www.jbs.com.br/>)